



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

3ª VARA FEDERAL – CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES FINANCEIROS, LAVAGEM DE CAPITAIS E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO (A) DE DIREITO
ESPELHO PADRÃO DE CORREÇÃO DE PROVA SUBJETIVA

CANDIDATO (A):

NOTA DA PROVA OBJETIVA:

QUESTÃO 01

Quesito avaliado	Valor máximo	Atendimento ao quesito
Sim. A Justiça Federal de Porto Velho/RO é competente para julgar o suposto crime.	2,5	
A competência se dá pelo lugar em que foi consumada a infração (artigo 70 do Código de Processo Penal).	4,0	
A Caixa Econômica Federal possui natureza jurídica de empresa pública da União (artigo 109 da Constituição Federal).	6,0	
Capacidade de expressão e uso correto da norma culta da língua portuguesa.	12,5	
Total		

Observação:

QUESTÃO 02

Quesito avaliado	Valor máximo	Atendimento ao quesito
A prescrição da pretensão punitiva propriamente dita (em abstrato) ocorre antes do trânsito em julgado e está prevista no CP, regulando-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.	3,5	
No caso hipotético, a pena máxima cominada para o delito do caso hipotético é de 06 anos e 08 meses (considerando a causa de aumento do §3º do artigo 171 do CP), de forma que, a princípio, a prescrição da pretensão punitiva ocorreria em 12 anos, conforme artigo 109 do CP.	4,5	
Entretanto, no caso hipotético, a prescrição da pretensão punitiva propriamente dita (em abstrato) ocorrerá de fato em 06 anos, conforme artigos 109 e 115 do CP (redução pela metade em razão da menoridade relativa).	4,5	
Capacidade de expressão e uso correto da norma culta da língua portuguesa.	12,5	
Total		

Observação:

QUESTÃO 03

Quesito avaliado	Valor máximo	Atendimento ao quesito
Prescrição é hipótese de extinção da punibilidade.	3,0	
Prescrição é a perda do direito de punir ou de executar a pena em virtude da inércia do Estado/do decurso do tempo.	3,0	
Divide-se em prescrição da pretensão punitiva e prescrição executória.	3,0	
A prescrição da pretensão punitiva se divide em propriamente dita (em abstrato); superveniente (ou intercorrente); e retroativa.	3,5	
Capacidade de expressão e uso correto da norma culta da língua portuguesa.	12,5	
Total		

Observação:

QUESTÃO 04

Quesito avaliado	Valor máximo	Atendimento ao quesito
Bem jurídico tutelado: patrimônio.	2,0	
Crime comum (ou bicomum) quanto aos sujeitos, porque podem ser cometidos por qualquer pessoa e contra qualquer pessoa.	2,0	
Crime material (ou de resultado), o qual exige a ocorrência de resultado naturalístico para consumação.	2,0	
Admite tentativa, por se tratar de crime material (ou de resultado).	2,0	
Elemento subjetivo: dolo.	2,0	
De início, é possível a aplicação do princípio da insignificância, no entanto, no caso hipotético, não se aplica por ter sido praticado em detrimento de empresa pública.	2,5	
Capacidade de expressão e uso correto da norma culta da língua portuguesa.	12,5	
Total		

Observação:

NOTA DA PROVA SUBJETIVA: